

ANC X

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

ANC

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORREA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente

A 25ª Hora

A montagem de uma Constituição destinada a ter longa vida costuma exigir, em sua primeira etapa, a decisiva ação de um pequeno núcleo de homens providos, entre outras virtudes, de sólida cultura jurídica, muita determinação e bastante objetividade, além da visão patriótica que permite olhar para o futuro com grandeza. Esse grupo costuma encarregar-se de esculpir, seguindo os contornos do bom senso, um projeto que, para ficar inteiramente pronto, vai precisar apenas de retoques — um trabalho de acabamento confiado aos demais constituintes, que tratam de corrigir eventuais equívocos e omissões.

Assim foi, por exemplo, nos Estados Unidos e na França. Também foi assim, mais recentemente, na Espanha pós-franquista, cuja Constituição resultou de um esplêndido esboço concebido por um reduzido e ecumênico grupo interpartidário. E mesmo a nossa Carta Magna de 1946 — talvez a mais sensata do Brasil republicano — deve sua longevidade, surpreendente para os padrões nativos, à competência dos integrantes da “comissão dos vinte” que modelaram o embrião constitucional. Em todos esses casos, os resultados foram suficientemente animadores para que nem os constituintes mais inclinados ao populismo e ao democratismo se lembrassem de enxergar algum desvio elitizante na trajetória percorrida.

Lastimavelmente, a Constituinte brasileira de 1987 ignorou essas e outras lições da História para enveredar por rotas que, tortuosas e sempre expostas a maus ventos, não costumam levar a bom porto. Para começar, a multidão de deputados e senadores foi distribuída por uma penca de comissões e subcomissões que acabaram transformadas em superpovoadas usinas de emendas. Depois, inspirados no manual da demagogia, os constituintes decidiram aceitar a aterrissagem, na Praça dos Três Poderes, de dezenas de “emendas populares”, final arquivadas sem maiores considerações. Quando meses preciosos já haviam sido perdidos, a enxurrada resultante da apoteose mental de dezenas de constituintes irrompeu no gabinete do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, escolhido para administrar a inundação. Nas semanas seguintes, foi o que se viu.

Em países mais afortunados, documentos de aguda importância nascem de mãos feitas sob medida para redigi-los. A Declaração de Independência

dos Estados Unidos, por exemplo, talvez não soasse tão impecável se não tivesse sido formulada por Thomas Jefferson. No Brasil, os deuses têm sido bem menos clementes. Assim, o substitutivo que vem sendo apreciado pela Comissão de Sistematização denuncia o estilo de Bernardo Cabral. Nossos constituintes poderiam ter escolhido, para a montagem desse texto, uma comissão de no-táveis. Escolheram um homem só. Poderiam ter eleito algum parlamentar notável. Elegeram Bernardo Cabral.

Metida nessa comédia de erros, a Constituinte passou longos meses nadando em círculos e agora, sem ter sequer cruzado a arrebentação, tem pouco tempo para chegar à praia. Ainda às voltas com os primeiros artigos e parágrafos, e sempre se debatendo com perfumarias e filigranas constitucionais, a Comissão de Sistematização tem menos de uma semana para votar todo o calhamaço produzido por Bernardo Cabral. Nessa corrida contra o relógio, é previsível que alguns horrores incorporados ao substitutivo cheguem incólumes à etapa da votação em plenário — um plenário habitado por bancadas descosidas, indisciplinadas, feridas por fundas rachaduras e orientadas pelo imediatismo político. Não é fácil preservar-se o otimismo.

Depois de termos esperado vinte anos por uma Constituição à altura de um Brasil moderno, não sabemos — a um mês e meio da data fixada para a sua promulgação — exatamente o que virá. A expectativa não é apenas doméstica: ela também aflige os credores da dívida externa brasileira, que não sabem nem mesmo com que tipo de governo terão de lidar no final deste verão. Tal ansiedade não existiria se os constituintes tivessem sido menos levianos na administração do próprio tempo.

Outros países consumiram algumas décadas na maturação do sistema de governo que melhor lhes convinha. No país do futebol, tanto o time dos presidencialistas quanto o time dos parlamentaristas acreditam que vão ganhar um jogo que já está nos minutos finais, sob o silêncio perplexo da plateia formada por 130 milhões de brasileiros. Eis aí um ilustrativo exemplo do que pode ocorrer quando uma Constituinte empurra para a 25ª hora deliberações sobre itens capitais.

A nação brasileira merecia melhor destino. E melhores representantes.